

SOB O PRISMA DAS MULHERES AFRO-ATLÂNTICAS

FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (orgs.). *Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)*. Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo: Editora Cantagalo, 2021. 440 p.

É sempre bom lembrar que os debates sociais e acadêmicos no Brasil acerca das experiências das mulheres despontaram nos anos de 1960 e 1970, no auge das discussões políticas influenciadas pelas feministas europeias. Nos estudos históricos, foi na década seguinte que emergiram as abordagens de gênero. Havia, no entanto, um hiato nessas discussões e produções universitárias no tocante às vivências das mulheres negras. Uma das primeiras pensadoras a apontar essa lacuna foi Lélia Gonzalez. Ativista do movimento negro e professora da PUC-Rio, Gonzalez levou, para dentro e fora do universo intelectual, a situação do corpo feminino negro na sociedade brasileira no contexto da cultura patriarcal e das hierarquias e dominação raciais exercidas não só pelos homens, mas também

pelas mulheres brancas.¹ Na produção historiográfica dos anos 1980 e 1990, não conseguimos identificar citações diretas, tampouco notas de rodapé referendando as ponderações de Gonzalez. Todavia, historiadoras e historiadores sociais da escravidão e da liberdade, ao longo dessas últimas quatro décadas, vêm trazendo um leque diversificado de temas e abordagens que permitem aproximarmos-nos das experiências de mulheres afro-atlânticas, mostrando suas diversas e complexas existências,

1 Ver Alex Ratts e Flavia Rios (orgs.), *Lélia Gonzalez*, São Paulo: Selo Negro, 2010. Intelectuais como Patrícia Hill Collins, bell hooks, Alice Walker e Angela Davis já discutiram pioneiramente a opressão de gênero, raça e classe sofrida pelas negras na sociedade norte-americana. O trabalho de Debora White, *Arn't I a Woman? Female Slaves in the Plantation South*, Nova York: Norton, 1988, influenciou fortemente as pesquisas no Brasil, que discutiram as hierarquias de gênero e raça sob o cativo.

inclusive das libertas que precisaram construir estratégias para continuar vivendo em uma sociedade escravista.

O livro aqui resenhado insere-se no contexto da produção acadêmica sobre as mulheres afro-atlânticas. As historiadoras vêm, há mais de um decênio, dedicando-se com muito afinho a mostrar não só trajetórias exitosas de africanas e de afrodiáspóricas no período colonial brasileiro, mas, recentemente, também nos tempos do Império.²

A presente obra, conforme salientam as organizadoras, é mais um esforço coletivo para dar “visibilidade às mulheres negras, a partir de sua vida cotidiana, do dia a dia, da maternidade, do trabalho, dos espaços ocupados ou percorridos, das relações de vizinhança, das construções e ressignificações de suas identidades diversas, da sobrevivência” (p. 14). Longe de ser uma história geral, ou síntese, da mulher negra nos tempos da escravidão, o livro é marcado por uma consciência

feminista historicista, nos termos de Maria Odila Dias,³ pois apresenta a diversidade de conjunturas sociais, históricas e culturais que balizaram diferentes sujeitos presentes na obra. A coletânea vem a ser também uma contribuição “que vislumbra a história do Brasil e da diáspora no Atlântico moderno, apresentando feixe complexo de influências do gênero, raça/cor, geração, sexualidade, classe/condição, origem etc., entre os séculos XVII e início do XX” (p. 15). Ou seja, trata-se de um trabalho no qual a mulher afrodescendente é vista como protagonista de sua própria existência. É importante ressaltar que a coletânea também atende a uma reivindicação dos movimentos sociais, inclusive o de feministas negras.

Em meio a uma efervescência de debates teóricos nas ciências humanas filiados às epistemologias do Sul e à decolonialidade, a obra está em alinhamento com as discussões de interseccionalidade de gênero, de raça e de classe

2 Sheila Faria lidera um projeto de pesquisa, do qual Adriana Reis é integrante, com o título “Alforriados e cultural material: interações culturais (Sudeste, 1700-1850)”, tendo como objetivo analisar a cultura material de homens e de mulheres africanos libertos.

3 Maria Odila Leite da Silva Dias, “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças” in Heloísa Buarque de Holanda, (org.), *Pensamento feminista brasileiro* (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019), pp. 357-369.

que influenciam não só ações políticas, mas, sobretudo, “a produção do conhecimento antirracista e feminista negro dentro e fora da universidade” (p. 19).

Não é demais informar que o livro pode e deve ser visto como fruto da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira na Educação nacional, e das Diretrizes e Bases da Educação, de 2004, que implementou, nas universidades brasileiras, disciplinas como História da África e Educação para as Relações Étnico-raciais. Outrossim, para as organizadoras, a obra vem com a responsabilidade política não só de refletir sobre o passado a partir do presente, “mas para estabelecer um diálogo direto com essas mulheres que vieram antes de nós, e reconhecer que intelectuais negras escreveram e continuam escrevendo cada vez mais a sua própria história” (p. 28).

A coletânea é composta por duas partes divididas em dez capítulos: a primeira, dedicada ao período colonial, e a segunda, aos tempos do Império e anos iniciais da República no Brasil, com textos escritos por pesquisadoras e pesquisadores de várias gerações. São historiadoras e historia-

dores consolidados ou em início de carreira que se debruçam sobre temas como a Inquisição, casamento e divórcio, uniões consensuais, alforria, trabalho, maternidade, lutas políticas e judiciais; e o fazem a partir de uma gama de fontes manuscritas – processos-crimes, testamentos, inventários, registros paroquiais, jornais – e obras de memorialistas. Apresentam um mosaico de variados rostos femininos negros, em múltiplos recortes geográficos: das regiões centrais da África, passando pelos sertões da Bahia, Pernambuco e terras da Guanabara às áreas de mineração nas Gerais.

Nos três primeiros capítulos, a biografia aparece como recurso metodológico de aproximação da vivência de mulheres africanas que romperam com as ordens estabelecidas e definiram suas ações em alinhamento com suas subjetividades. O consagrado historiador Ronaldo Vainfas abre a coletânea revisitando – com muita erudição – a trajetória de Dona Beatriz, a Kimpa Vita, do Reino do Congo, líder do antonionismo, movimento religioso híbrido considerado pelos populares como libertador das amarras da escravidão no século XVIII. Vainfas sai do lugar comum já consolidado,

isto é, da história de vida dessa personagem, para lançar luz forte sobre a afirmação da mulher em meio a um universo masculino. Para ele, não foram apenas razões político-religiosas que levaram Kimpa Vita à fogueira santa, mas, especialmente, as suas escolhas, inclusive, o seu envolvimento com um homem do qual ficou grávida, mesmo “sabedora de que dar à luz um filho poderia pôr abaixo todo o seu esforço político e a sua mensagem religiosa” (p. 57). Vainfas, portanto, não só retoma o debate da prática mediúnica e dos desvios do catolicismo mais ortodoxo pelos africanos centrais, mas, ainda, negrita a decisão pela maternidade e a relação afetivo-sexual como elementos condenatórios dessa mulher silenciada ao ser condenada pela Inquisição.

No segundo capítulo, a jovem historiadora Rita de Cássia Santos envereda pelos fragmentos deixados pela escravizada Páscoa Vieira, uma africana que, assim como Kimpa Vita e tantas outras mulheres, “cada uma em seu tempo, desafiava a tirania do sistema e toda a ordem social imposta a elas” (p. 91). Páscoa foi acusada de bigamia e condenada pela Inquisição no final do século XVII e início do século XVIII. A partir do processo inquisitorial da

africana, a autora trata de casamentos entre escravizados, de família negra, dinâmicas de relações afetivo-sexuais entre senhores e cativos, matrimônio e afinidades entre os próprios escravizados, e ainda mostra como “indivíduos se recusaram a abandonar seus costumes e reagiram de maneiras distintas, apesar do empenho dos conquistadores em impor o padrão europeu em seus domínios africanos, ignorando os aspectos culturais que integravam diferentes comunidades” (p. 81). Ressalto também que a autora insere a trajetória de Páscoa na perspectiva da história atlântica, ao deixar emergir as redes de sociabilidade, os laços de parentesco, as práticas religiosas e as relações com escravizadores que ela construiu na África, no Brasil e no seu degredo em Portugal.⁴

No terceiro capítulo, Raiza Cristina Canuta da Hora segue os rastros deixados pela africana mina Antônia Gomes e o capitão português Jacinto Gomes, seu senhor, na Bahia do século XVIII, para “evidenciar como o estabelecimento de uniões consensuais [com homens brancos] representava a

4 Sobre essa personagem, ver também Charlotte de Castelnau-L’Estoile, *Páscoa Vieira diante da Inquisição*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

possibilidade de as mulheres nascidas na África, e escravizadas na América, melhorarem suas condições de vida” (p.119). Ela lança mão de um conjunto documental formado por testamento, inventário, registros de batismo e de casamento. Esse tema tem adquirido espaço na historiografia, sobretudo aquela que busca compreender as relações inter-raciais em uma sociedade em que a cor da pele sinalizava prestígio ou demérito.⁵ Embora não tenha sido a única a se debruçar sobre a vida dessa africana, Raiza da Hora esmiuçou as motivações que levavam homens brancos aquinhoados a se afeiçoar a mulheres pretas em um tempo que desaprovava tais relações.⁶ Para ela,

5 Ver Júnia Furtado, *Chica da Silva e o Contratador de diamantes*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; Adriana Dantas Reis, “As mulheres negras por cima: o caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, 1780-1830”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010; Gian Carlo Melo Silva, *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800)*, Recife: Editora Universitária, 2010; e Roberto Guedes, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*, Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

6 Antônia como madrinha de cativos de capitães negreiros e seu concubinato com o português Jacinto Gomes é tratado por Cândido E. Domingues de Souza, “Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da

a união da escravizada com seu senhor foi “vantajosa para ambas as partes: Antônia deixou sua vida de cativa para tornar-se mãe dos filhos do capitão, e Jacinto, homem do mar, estrangeiro numa terra desconhecida, precisava de um lar e cuidados ao voltar para o solo soteropolitano” (p. 133).

Nos capítulos seguintes, ainda na primeira parte da obra, começam a pulular – em um mesmo texto – trajetórias cruzadas, pedaços de vida, sonhos, expectativas e perspectivas comuns entre várias mulheres negras. Elisangela Oliveira Ferreira escolheu a paisagem do sertão da Bahia, mais precisamente a freguesia de São Francisco, atual município da Barra, para discutir o leque largo de motivações para relações ternas e sexuais inter-raciais. Ao acompanhar diversas famílias nos assentos batismais da região, a historiadora mostra como o concubinato entre escravizadas e seus senhores levaram ao nascimento de pessoas negras livres. Ademais, baseada em processos inquisitoriais de mulheres africanas e afrodiáspóricas acusadas de envolvimento “ilícitos”, percebe

Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

como “a cultura sexual vivenciada por homens e mulheres naquela região do rio São Francisco, assim como o resto da colônia, era bem distinta dos códigos morais defendidos pela Igreja. Essa cultura não valorizava apenas o casamento sacramentado, mas também o desejo e o prazer” (p. 150). Uma das considerações originais de Ferreira reside nas estratégias matrimoniais dos filhos e das filhas das escravizadas com seus senhores, segundo ela: “Esses descendentes, da ‘senzala’ e da ‘casa-grande’ a um só tempo, não raro casaram entre si” (p. 163). No texto da autora, as subjetividades femininas também emergem em temas como assédio, reconhecimento de paternidade, perseguição e condenação inquisitoriais.

O quinto capítulo, assinado por Ana Margarida Santos Pereira, apresenta quatro trajetórias de mulheres para discutir dois pontos centrais, quais sejam: “a circulação de indivíduos escravizados e a mobilidade geográfica das mulheres de origem ou ascendência africana, seus deslocamentos no âmbito do mundo atlântico” (p. 183). Martinha Ribeiro, africana de Cabo Verde, e a crioula palmarina Luzia de Freitas tiveram suas vidas entrecruzadas no

envolvimento terno-sexual com o preto forro Domingos. Ao seu turno, a africana da Costa da Mina, Luzia da Silva Soares, da vila de Mariana, e Luzia Pinto, oriunda do Congo, que viveu em Sabará, encontraram-se no cárcere do Rossio/Portugal, pelas mãos pesadas dos inquisidores, porque lutavam pela liberdade acionando a medicina popular, as adivinhações e mágicas, solicitadas muitas vezes por seus escravizadores e por gente das elites locais. Humilhação, violências física e psicológica, abandono, abuso sexual fizeram sulcos nessas faces e nesses corpos negros. Porém, segundo a historiadora, elas “não abdicaram de exercer o controle de suas vidas e, sempre que puderam, se afirmaram como sujeitos dotados de individualidade” (p. 220).

O sexto e último capítulo dessa parte ficou sob a responsabilidade de Sheila de Castro Faria. O texto se baseia em reflexões suas já consolidadas sobre mulheres negras, sobre alforria e sobre formação de família, destacando as experiências das chamadas “pretas minas”, que, ao tornarem-se forras, conquistaram patrimônio por meio do comércio. A historiadora revisita fontes primárias e a bibliografia

para acompanhar – em testamentos e inventários *post mortem* – personagens antes analisadas por ela, como Mariana da Costa Ribeira e Henriqueta Maria da Conceição, para “reafirmar o poderio das pretas minas no comércio urbano do Rio de Janeiro e de São João del-Rei” (p. 250).⁷ A partir do diálogo com os estudos sobre África, produzidos nas Américas, na Europa e no continente africano, Faria tece considerações sobre redes de solidariedades entre as africanas que transmitiram suas heranças a outras mulheres, semelhantemente ao que ocorria em comunidades matrifo-cais na África Ocidental. Alerta ainda para o fato de que seus achados sobre esses grupos poderiam também valer para as africanas das regiões bantu. Para concluir seu instigante capítulo, Faria remete-se à construção do racismo no Brasil, mostrando como os estudos históricos, antropológicos e sociológicos avançaram e disserta sobre as diferentes escravidões e suas transformações em África e no nosso país.

7 Henriqueta Maria da Conceição foi abordada em outros trabalhos. Cf. Sandra Graham, “Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX”, *Afro-Ásia*, n. 45 (2012), pp. 25-65 ; Juliana Barreto Farias, *Mercados minas: africanos ocidentais na praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade, 2015.

Se a cor da pele representou a marca da distinção nos primeiros tempos do cativo nos Trópicos, onde branco era sinônimo de senhor e negro (indígena ou africano) significava ser escravo, à medida em que as alforrias foram avolumando-se, essa lógica foi sendo revista. Pessoas africanas e afrodiáspóricas passaram a ter posse cativa, na proporção em que conquistavam suas liberdades e acumulavam recursos. Esse fato leva Faria a refletir, com base em sua vasta e sólida pesquisa, que “Ainda há os que dividem a sociedade do Brasil, quer do período colonial, quer do imperial, como bipartida entre senhores e escravizados. Que senhores? Que escravizados?” (p. 262). A partir dessa consideração, creio que Faria não só nos alerta para a complexidade da sociedade escravista mas, principalmente, para as questões de gênero, procedência, etnia, parceria, conflito e sociabilidade que estavam em jogo na hora das mulheres e dos homens negros não só adquirirem cativos, mas, sobretudo, decidirem suas alianças.

A segunda parte do livro, como enunciado alhures, circunscreve o universo da escravidão oitocentista e o pós-emancipação. O sétimo capítulo é do historiador Maciel Henrique Silva.

O texto foge um pouco do exercício da pesquisa em arquivos, ao contrário dos demais capítulos. O autor privilegia as obras de Joaquim Nabuco e Anna Ribeiro Góes Bittencourt para “tratar das evocações, das reminiscências da escravidão, dos escritos de antigos proprietários de escravizados sobre suas infâncias no meio de dezenas e mesmo centenas de escravizados; descrições das relações domésticas, de cenas lembradas e ressignificadas inscritas em memórias/textos ficcionais que, a seu modo, conectam escravidão, abolição e pós-abolição nas antigas províncias da Bahia e de Pernambuco” (p. 267). Apoiando-se no conceito de memória de Halbwachs, Silva mostra como esses memorialistas tecem o passado a partir de suas experiências, trazendo marcadores raciais e classistas desconectados do tempo presente. Para o historiador, o mais complexo é o fato de como o não senhorial e o não branco aparecem nesses textos. “Acessar as mulheres negras (escravizadas, libertas, dependentes) nesses registros de memórias implica reconhecer que elas estão inseridas em uma memória que não é a sua” (pp. 287-288). Mas, no desalento da aristocracia rural que assistia à ruína da escravidão e à chegada de

uma nova era, os subalternos permaneciam destituídos de protagonismo.

O capítulo oito foi construído a quatro mãos por Cristiane Batista Santos e Rute Andrade Castro, que trazem para o debate argumentos originais de como a história social do trabalho invisibilizou a experiência das mulheres negras, sobremaneira na década de 1870, momento em que as estratégias senhoriais buscavam dificultar, cada vez mais, a experiência da maternidade. Apresentando trajetórias como as das libertas Arminda e Eulália, e da escravizada Germana, as historiadoras deixam de lado as vivências femininas exitosas e privilegiam “as mulheres de carne e osso, mulheres comuns que souberam costurar a sobrevivência dentro de um sistema que em nada lhes beneficiava” (p. 296). Experiências de violência patriarcal e escravista são apontadas pelas autoras, como os crimes de abuso sexual cuja responsabilidade o sistema judicial masculino atribuía às próprias meninas ou às suas mães. Ponto central do capítulo é a discussão sobre os contratos de soldada, no final do século XIX, que se configuravam em mecanismos senhoriais de apropriação da mão de obra dos ingênuos ou rebentos de libertas e livres empobrecidas, como

Luberta Maria da Conceição, que viu seus escravizadores usurpar o trabalho de seus (suas) filhos(as) nascidos(as) após a Lei de 28 de setembro de 1871. Santos e Castro reconhecem a importância das análises interseccionais e decoloniais para pensar a maternidade, o trabalho e as diferentes formas de violência sofridas pelas mulheres africanas e afrodescendentes. O capítulo, contudo, condensa reflexões acerca de uma história social do trabalho “muito anterior às experiências das operárias urbanas que, sob a pecha da consciência de classe, reivindicavam, quebravam e burlavam os limites” (p. 319). As historiadoras acrescentam ainda que “essas trabalhadoras guardam peculiaridades importantes em relação às experiências dos homens negros, que deixaram os filhos aos cuidados da mãe ou se não os tivesse assumido, tinham vantagens de viverem para si, sem prover e cuidar dessas crianças” (p. 319).

Karine Teixeira Damasceno escreve o capítulo nove. Ela oferece contribuições inovadoras para compreendermos as escolhas das mulheres escravizadas ao perseguirem a liberdade para si e os seus. A alforria é o foco central do capítulo, que analisa os diferentes tipos

de cartas de liberdade, condicionais e incondicionais, pagas ou gratuitas, em Feira de Santana, entre as décadas de 1870 a 1880. Como em todo o Brasil, as mulheres estiveram à frente dos homens nessa empreitada, por diversas razões, sendo importante destacar que o acesso à casa senhorial e as especificidades da escravidão feminina são, sobretudo, caracterizados pelo que ela conceituou de “cultura do cuidado”; isto é, a atribuição de que os papéis femininos estão “relacionados à responsabilidade de cuidar, seja das pessoas de sua família, seja de outros integrantes da sociedade onde elas estavam inseridas, era algo imposto a todas as mulheres mas vivenciado de maneira muito específica pelas mulheres negras” (pp. 321-322), e representou fator decisivo na conquista da liberdade. Para tanto, a historiadora apresenta várias trajetórias femininas, como a da escravizada Mathildes e suas filhas, para discutir que foi a tradição dessa “cultura do cuidado” que “influenciou senhoras e senhores a concederem às escravizadas alforrias condicionais, pois grande parte deles era de pequenos proprietários empobrecidos, para os quais era importante garantir que

teriam os cuidados de uma escravizada durante a velhice” (p. 347).⁸

O desfecho da coletânea – o capítulo 10 – ficou sob a responsabilidade de Cleudiza Fernandes de Souza, que aborda com ineditismo o período pós-emancipação em Minas Gerais, abrindo caminhos para outros trabalhos nesse campo de estudos. O cenário é a pequena cidade de Oliveira, localizada na zona oeste mineira, entre os anos de 1890 e 1905, na qual Souza apresenta trajetórias de mulheres negras que estiveram, de diferentes maneiras, envolvidas com a justiça, e cujas biografias são relevantes para refletirmos sobre a posição delas na sociedade de classes e nas relações raciais no Brasil nos primeiros anos da República. Segundo a historiadora, os “localizadores de gênero [...] são essenciais para combater a generalização das experiências e das expectativas presentes no pós-emancipação e para um novo entendimento

8 O conceito cunhado por Damasceno aproxima-se do que Patrícia Hill Collins escreve sobre a ética do cuidado, ou seja, a empatia construída pelas mulheres negras com outras, inclusive brancas, e também com os homens negros. Cf. Patrícia Hill Collins, “Epistemologia feminista negra” in Joaze Bernardino-Costa; Nelson Maldonado-Torres; Ramón Grosfoguel (orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, 2ª ed. (Belo Horizonte: Autêntica, 2020), pp. 139-170.

sobre os perfis e os percursos seguidos por mulheres negras” (p. 355). O fio condutor da narrativa são as experiências das libertas Fausta, Felicidade de Tal e Narciza para mostrar como os significados de honra aparecem atrelados às expectativas de liberdade dessas pessoas. Outro debate abordado é sobre como a justiça e a sociedade nos anos debutantes da República ainda estavam arraigados a cláusulas da Lei do Ventre Livre, que prendeu mulheres e seus filhos e suas filhas ao escravizador, resultando em grandes dificuldades para as mães negras provarem, minimamente, que podiam sustentar suas próprias proles. Essas biografias, mais do que instigantes para refletirmos sobre a posição da mulher negra no imediato pós-emancipação, deixam perceber que “suas brigas ainda seriam, na realidade, contra os estigmas reforçados por outras parcelas sociais, que tentaram reprimir até suas vivências familiares, maternas e particulares” (p. 390).

Fica aqui o convite, enfim, ao leitor e à leitora, acadêmica, ativista social, o público em geral, não só para acompanhar parcial ou integralmente as trajetórias descritas nesse livro resultante de grande esforço de

pesquisa; mas também para, a partir dele, fazer ponderações acerca das pautas identitárias, de gênero, de raça, de classe, de subjetividades no presente. Obviamente, de resistência. *Mulheres negras em perspectivas*, ainda, leva-nos a algumas indagações, como: qual o seu impacto no ensino de História? Que inflexões estão sendo feitas por intelectuais negros(as) e brancos(as) dedicados(as) à temática?

Essa obra, por circunscrever experiências de mulheres negras, deve interessar a estudantes de cursos de formação de professores e professoras, assim como docentes em suas diversificadas salas de aula, seja nas universidades, seja no “chão da escola”. Lembremos que a História, por ser um campo de relações de poder, produz silêncios e invisibilidades. Surgem, portanto, tensões e disputas entre os sexos e o gênero na historiografia. Por isso, segundo Perrot, “o ‘ofício de historiador’ é um ofício de homens que escrevem a história sob uma perspectiva da masculinidade.”⁹ Logo, torna-se imprescindível um livro como este, que nos impulsiona para repensarmos não

9 Michelle Perrot, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988, p. 185

só questões de gênero, de “raça” e de classe social no passado, mas também reverbera no presente, e, essencialmente, para refletirmos sobre o papel das mulheres negras, obliteradas historicamente por estruturas racistas e patriarcais. Este trabalho reafirma as múltiplas existências e experiências de corpos femininos negros e assim ajuda a barrar os discursos negacionistas tão comuns a nosso tempo. De positivo, assistimos que cursos de graduação e de pós-graduações oferecem cada vez mais disciplinas que contemplem a temática aqui aludida. São cada vez mais numerosos eventos nacionais e internacionais, revistas especializadas e grupos temáticos sobre o assunto.¹⁰ A obra que está nas mãos da leitora e do leitor é mais uma semente plantada e fruto colhido nesses campos.

Quero, finalmente, lembrar à cara leitora e ao caro leitor: as personagens cujas vidas foram narradas

10 Entre as iniciativas, podemos destacar os congressos *Fazendo Gênero* e *Mundo de Mulheres*; o GT de Gênero da Associação Nacional de História; as revistas especializadas *Cadernos Pagu* (Universidade Estadual de Campinas), *Revista Gênero* (Universidade Federal Fluminense), *Revista Gênero e Diversidade* (Universidade Federal da Bahia) e *D’genderus: Revista de estudos feministas e de gênero* (ainda um projeto da Universidade Federal de Pelotas).

nesta coletânea – dentro das limitações e circunstâncias da sociedade colonial, imperial e do imediato pós-emancipação –, trouxeram suas experiências anteriores à travessia atlântica; desfizeram nós que as prendiam a relacionamentos afetivos desrespeitosos; desataram laços do patriarcado; romperam o silêncio, denunciando

abusos sexuais e maus-tratos; tomaram as ruas em busca da sobrevivência, fosse garantindo o sustento da casa e dos seus, ou defendendo sua honra; assumiram suas famílias; cuidaram de seus rebentos e umas das outras; e observaram o mundo ao redor sob seu prisma, o prisma das mulheres afro-atlânticas.

Valéria Costa  

Universidade Federal de Pernambuco

doi: 10.9771/aa.v0i67.54994